



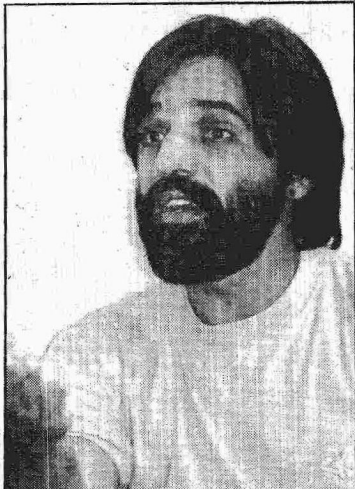
Libério Pimentel

Isonomia para os servidores

A instituição da isonomia salarial entre os servidores do Governo do Distrito Federal é a principal bandeira da campanha eleitoral do candidato do PSDB à deputado distrital, Libério Pimentel, 41 anos. Ligado ao movimento sindical de Brasília desde 1978, e, por duas vezes presidente do Sindicato dos Professores do DF, Libério afirma que “para o desempenho de uma mesma função, em diferentes órgãos da máquina administrativa, há vários níveis de salário, situação que reflete não só a falta de uma política administrativa governamental, como a falta de critérios para aumentos salariais na carreira do servidor”.

A efetivação desta velha bandeira dos servidores é para o candidato “um compromisso eleitoral” que pretende ver efetivado na redação da Lei Orgânica de Brasília, assim como a concretização da autonomia administrativa, financeira e política das cidades-satélites. No seu ponto de vista, as satélites de Brasília têm vivido um período de marasmo no seu desenvolvimento “uma vez que não podem tomar decisões sobre seu destino. Hoje os administradores regionais não passam de funcionários públicos graduados, não tem nenhum poder de decisão”.

O ideal, segundo Libério Pimentel, seria que a Constituição do DF realizasse, efetivamente, a autonomia em todos os sentidos. Mas se isto não for possível, disse, lutará para que exista na Lei Orgânica a figura do “conselho comunitário”, uma espécie de Câmara Municipal que teria seus membros eleitos pela população de sua respectiva cidade-satélite.



Chico Morbeck

Ensino ruim preocupa

A descentralização administrativa e financeira das escolas da Fundação Educacional do Distrito Federal é a solução proposta pelo candidato do Partido dos Trabalhadores a deputado distrital, Chico Morbeck, 35 anos, para resolver os problemas causados pela falta de manutenção e depredações dos colégios da rede pública de ensino. Segundo ele, a centralização das verbas realizada pela Secretaria de Educação é uma das causas do atual caos existente na área educacional — com a maioria das escolas, principalmente, nas cidades-satélites — necessitando de consertar carteiras, quadros-negros, banheiros, infiltrações em paredes e até privadas de banheiro.

“Minha intenção, se eleito, é aprovar uma lei determinando que, pelo menos, parcela do orçamento da secretaria seja administrada pelas escolas para contornar esta situação”, acentuou, acrescentando que esta medida deve vir acompanhada de uma política de salários justos para os professores, aumento do quadro de profissionais da FEDF. E, também, da ampliação do número de salas de aula e redução do número de alunos em cada uma delas.

Desta maneira, acredita o candidato, “será possível retomar o ensino de qualidade no ensino público. “É público e notório que a rede pública não faz frente hoje às instituições particulares e, prova disto é o alto índice de evasão e desistência, assim como o pequeno número de seus alunos que conseguem ingressar na universidade”, frisou.

Para isto, acredita, seria necessária, também que as escolas tivessem assistência médica, odontológica, alimentar e psicológica.